



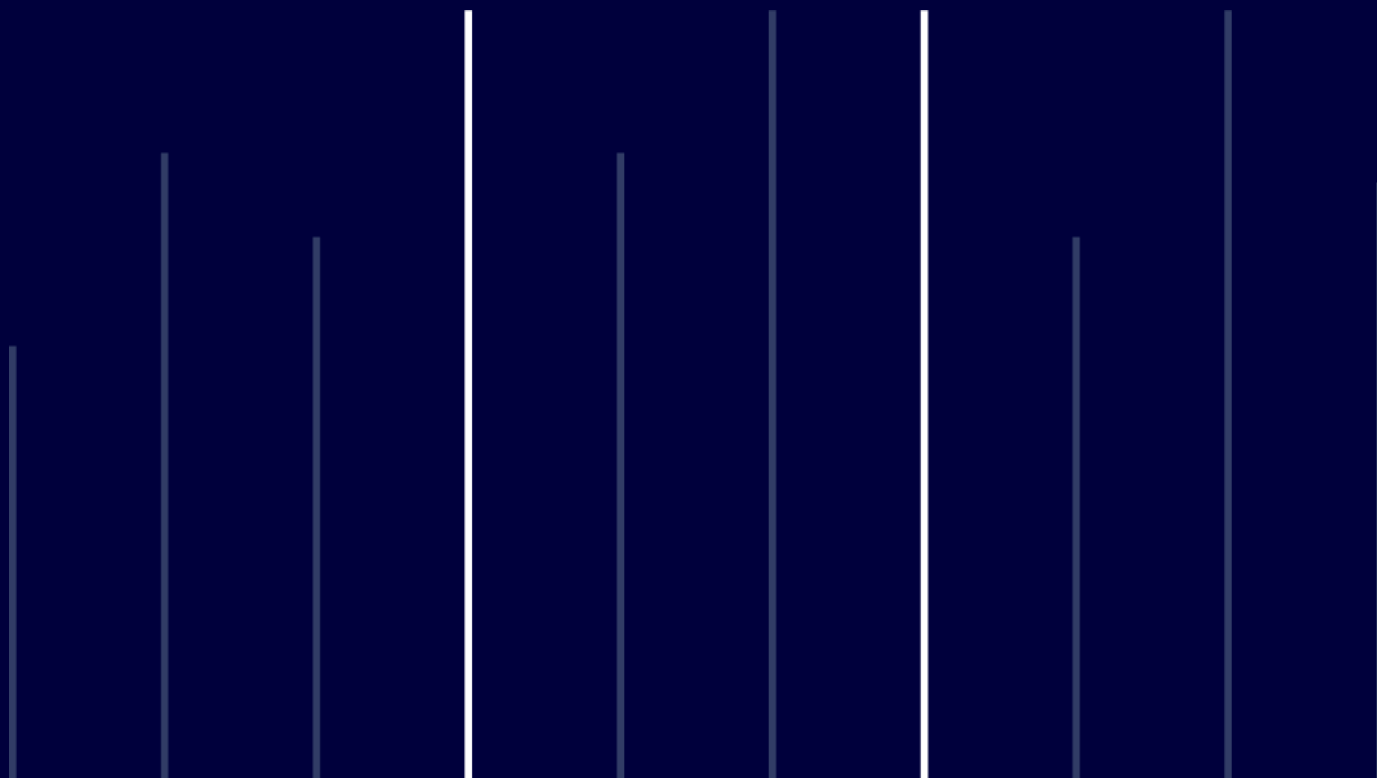
Demonstrações Contábeis referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Alfa Holdings S.A.
CNPJ 17.167.396/0001-69

Avenida Paulista, 2.150 - Bela Vista, São Paulo, SP

Alexei De Bona
Contador - CRC nº PR036459/O-3

Relatório do Auditor Independente
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ALFA HOLDINGS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO.....	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	10
4. TÍTULOS PARA INVESTIMENTO.....	13
5. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS.....	13
6. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS.....	14
7. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS.....	16
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	17
9. DESPESA DE PESSOAL.....	19
10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	19
11. TRIBUTOS.....	19
12. GESTÃO DE RISCOS.....	20
13. PARTES RELACIONADAS.....	21
14. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	21

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	22
---	----

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade") e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ritmo de expansão da atividade econômica brasileira arrefeceu no segundo semestre de 2025, em resposta aos efeitos da política monetária restritiva. As contas externas permanecem saudáveis e a balança comercial acumulou superávit de US\$ 68 bilhões no período. A valorização cambial e a contenção do preço de commodities no mercado internacional mantiveram os preços no atacado bem-comportados, contribuindo para a desaceleração dos custos de produção das empresas. Nesse contexto, o IPCA acumulado em doze meses passou de 5,2% em setembro para 4,3% em dezembro. O Banco Central manteve a taxa básica de juros em 15,00% a.a. nas últimas reuniões, reforçando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante.

DESEMPENHO

Os ativos da Alfa Holdings S.A. atingiram R\$ 1.033 milhões em 31 de dezembro de 2025. Deste montante, R\$ 891 milhões eram representados por investimentos em coligadas. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 alcançou R\$ 1.017 milhões e o lucro do ano de 2025 foi de R\$ 82 milhões.

PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo também observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis até 31 de dezembro de 2025. As Demonstrações Contábeis relativas ao ano de 2025 estão sendo informadas comparativamente com 2024, conforme estas práticas.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2026, revisou, discutiu e concordou com o relatório de revisão do auditor independente sobre as informações relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/2022, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

POLÍTICA DE EQUIDADE

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, informamos que não houve contratações, de ambos os gêneros, em 2024 e 2025. Em 2025 temos 11,0% dos cargos da administração da empresa representados por mulheres. Não houve diferenças salariais entre homens e mulheres de mesmo cargo.

Diretoria

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

**BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

ATIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024	PASSIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Circulante		135.190	131.523	Passivo Circulante		9.726	11.627
Disponibilidades		207	7				
Títulos para investimento	4	131.203	127.615				
Outros ativos	5(a)	3.780	3.901	Outros passivos	5(b)	9.726	11.627
Ativo não Circulante		897.869	835.886	Passivo não Circulante		6.767	6.640
Ativos fiscais diferidos	11(b)	6.671	8.219	Passivos fiscais diferidos	11(b)	13	-
Outros ativos	5(a)	101	97	Provisão para contingências	7	6.754	6.640
Investimentos		891.091	827.564	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	1.016.566	949.142
Em coligadas	6	891.091	827.523				
Outros		-	41				
Ativos tangíveis		6	6				
TOTAL DO ATIVO		1.033.059	967.409	TOTAL DO PASSIVO		1.033.059	967.409

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO

	Notas	2025	2024
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS		17.118	8.473
Receitas de juros	13	17.118	8.473
MARGEM FINANCEIRA		17.118	8.473
Resultado de participações em coligadas	6	71.751	(122.775)
Outras receitas operacionais		509	709
RESULTADO OPERACIONAL		89.378	(113.593)
Despesas de pessoal	9	(792)	(1.473)
Despesas gerais e administrativas	10	(1.038)	(745)
Outras despesas operacionais	7	(114)	(6.548)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		87.434	(122.359)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11(a)	(5.235)	6.894
Imposto corrente		(3.675)	(1.325)
Imposto diferido		(1.560)	8.219
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		82.199	(115.465)
Lucro / (Prejuízo) por ação (em Reais)			
Lucro / (Prejuízo) básico e diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		928	(1.304)
Ações preferenciais		1.021	(1.174)
Lucro / (Prejuízo) líquido atribuído (em Reais mil - R\$)			
Ações ordinárias		42.712	(59.997)
Ações preferenciais		39.487	(55.468)
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações ordinárias		46.011.632	46.011.632
Ações preferenciais		38.670.637	38.670.637

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO**

	2025	2024
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	82.199	(115.465)
Outros resultados abrangentes	-	(29.972)
RESULTADO ABRANGENTE	82.199	(145.437)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Reservas de lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Especial / Aumento de Capital	Reserva Especial p/ Dividendos			
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	430.245	10.319	59.898	169.429	307.165	75.804	29.972	-	1.082.832
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	29.972	-	(29.972)	-	-
Aumento de capital:									
Com reservas	6.311	-	-	-	(6.311)	-	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	484	-	-	-	-	-	-	484
Realização de lucros	-	-	-	(8.855)	-	-	-	8.855	-
Realização de reserva de lucros da investida	-	(6.216)	-	-	(3.638)	-	-	-	(9.854)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(115.465)	(115.465)
Distribuição:									
Reservas estatutárias	-	-	-	-	(115.465)	-	-	115.465	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(8.855)	(8.855)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	436.556	4.587	59.898	160.574	211.723	75.804	-	-	949.142
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	6.311	(5.732)	-	(8.855)	(95.442)	-	(29.972)	-	(133.690)
Efeitos da adoção inicial nas investidas-Res. 4.966/21 e Res.4.975/21	-	-	-	-	-	-	-	(53)	(53)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	436.556	4.587	59.898	160.574	211.723	75.804	-	(53)	949.089
Dividendos não reclamados	-	432	-	-	-	-	-	-	432
Realização de reserva de lucros da investida	-	(5.019)	-	-	-	(1.280)	-	-	(6.299)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	82.199	82.199
Distribuição:									
Reservas estatutárias	-	-	4.110	11.272	52.663	5.851	-	(73.896)	-
Dividendos	-	-	-	(605)	-	-	-	(8.250)	(8.855)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	436.556	-	64.008	171.241	264.386	80.375	-	-	1.016.566
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	(4.587)	4.110	10.667	52.663	4.571	-	-	67.424

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

	Notas	2025	2024
1. RECEITAS		17.627	9.182
Receita de juros	13	17.118	8.473
Outras receitas operacionais		509	709
2. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		339	6.841
Serviços de terceiros		339	6.841
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		17.288	2.341
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		-	-
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		17.288	2.341
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		71.751	(122.775)
Resultado de participação em coligadas	6	71.751	(122.775)
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		89.039	(120.434)
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		89.039	(120.434)
Despesas de pessoal	9	792	1.473
Remuneração direta		651	1.250
Benefícios		138	223
F.G.T.S.		3	-
Impostos, taxas e contribuições		6.048	(6.492)
Federais		6.048	(6.492)
Outras (Doações filantrópicas)		-	50
Remuneração de capitais próprios		82.199	(115.465)
Dividendos		8.250	8.855
Lucros / (Prejuízos) retidos do exercício		73.949	(124.320)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

	Notas	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		15.797	6.964
Resultado operacional antes da tributação		87.434	(122.359)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		82.199	(115.465)
Ajuste de provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	11(a)	5.235	(6.894)
Ajustes ao lucro operacional:		(71.637)	129.323
Resultado de participação em coligadas	6	(71.751)	122.775
Provisões para contingências	7	114	6.548
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(2.473)	(3.542)
OUTROS ATIVOS E PASSIVOS LÍQUIDOS		1.164	(2.448)
IMPOSTOS PAGOS		(3.637)	(1.094)
Corrente		(3.637)	(1.094)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		13.324	3.422
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aumento)/Redução de capital de coligadas	6	(565)	71.866
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(565)	71.866
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
RECURSOS PRÓPRIOS		(8.971)	(8.198)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(8.971)	(8.198)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(8.971)	(8.198)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		3.788	67.090
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		127.622	60.532
Disponibilidades		7	23
Aplicações financeiras		127.615	60.509
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		131.410	127.622
Disponibilidades		207	7
Aplicações financeiras		131.203	127.615
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		3.788	67.090

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

A DIRETORIA

Alexei De Bona
Contador - CRC nº PR036459/O-3

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(EM REAIS MIL - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)****1. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO**

A Alfa Holdings S.A. (“Sociedade”, “Companhia” ou “Alfa Holdings”), é uma sociedade anônima aberta e está sediada na Avenida Paulista, 2.150, 17º andar, São Paulo – SP, CEP 01310-300, Brasil, tem por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de *holding*, com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Banco Alfa S.A, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros e previdência por meio da Coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.).

A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

Em novembro de 2022, o Banco Safra S.A. (“Banco Safra”, “Banco” ou “Safra”) e a Administradora Fortaleza Ltda. (“Fortaleza”) firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Fortaleza possuía nas entidades do antigo Conglomerado Alfa, que atuam nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, private banking, wealth management, asset management, investment banking e seguros. O fechamento da operação ocorreu em 10 de outubro de 2023, passando o Banco Safra a ser controlador do antigo Conglomerado Alfa.

Em 24 de outubro de 2023, o Safra apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) pedido de registro das ofertas públicas unificadas para aquisição de ações de emissão ordinárias e preferenciais das companhias abertas do antigo Conglomerado Alfa (i) em razão da alienação do controle das Companhias e (ii) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta das Companhias perante a CVM (“OPAs”). Os leilões ocorreram em 28 de fevereiro de 2024 e como resultado dos leilões, o Banco Safra adquiriu ações das quatro companhias abertas do antigo Conglomerado Alfa e obteve o quórum para cancelamento de registro do Banco Alfa de Investimento, da Financeira Alfa e do Consórcio Alfa.

Em 30 de abril de 2024, o Banco Safra adquiriu 14.720.704 ações da Alfa Holdings S.A., passando a deter 80,5% (oitenta vírgula cinco por cento) de participação. Como tal aquisição de ações adicionais representou mais de 1/3 (um terço) do total em circulação, o Banco Safra protocolou em 29 de maio de 2024, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação. O leilão da OPA ocorreu em 20 de setembro de 2024 e o Banco Safra adquiriu ações adicionais, sem atingir, entretanto, o quórum necessário para fins de cancelamento de registro, permanecendo a Alfa Holdings uma companhia aberta com ações listadas em bolsa.

Atualmente o Banco Safra possui 68.591.361 ações da Alfa Holdings S.A., correspondente a 80,998% de participação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**a) Base da preparação**

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 24.02.2026 e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, associadas às normas estabelecidas nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Declaramos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia adota práticas contábeis consistentes na elaboração das Demonstrações Contábeis, mantendo consistência entre os períodos apresentados para fins comparativos.

A Companhia apresenta as contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nas Notas Explicativas apresentamos, para as contas significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 (doze) meses e em prazo superior.

b) Principais alterações e novos pronunciamentos emitidos pelo CPC

CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis - Substituirá, a partir de 01.01.2027, o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A norma tem como objetivo fornecer aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o Desempenho Financeiro das entidades e exige a criação de novos subtópicos na estrutura da Demonstração de Resultado, além de determinar a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Sociedade e suas Coligadas.

d) Base para avaliação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos.

e) Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das Demonstrações Contábeis da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com:

- Provisão para riscos fiscais; e
- Ativos tributários diferidos.

f) Informações sobre participações detidas em coligadas

(i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida.

(ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

g) Base de consolidação

As Demonstrações Contábeis não são apresentadas de forma consolidada atendendo ao disposto no CPC 36(R3) - Demonstrações Consolidadas, visto que o controlador da Sociedade, Banco Safra S.A., disponibiliza ao público suas Demonstrações Contábeis Consolidadas e que, após consulta, não fez objeção quanto à não apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas pela Sociedade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Seguem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o Modelo de Negócio da Companhia classificados em três categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes e (iii) Valor Justo por Meio do Resultado ou Designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando existentes, efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica "resultado financeiro".

b) Investimentos

Os investimentos em empresas Coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As Demonstrações Contábeis das Coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Contábeis incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

c) Tributos**I. Reconhecimento e mensuração**

Impostos Correntes – apurados de acordo com o regime de tributação da Companhia e das Coligadas. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% (quinze por cento), podendo ser acrescida do adicional de 10% (dez por cento). A contribuição social é calculada à alíquota de 9% (nove por cento).

Impostos Diferidos – representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas. São calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das Demonstrações Contábeis.

Demais Tributos – As alíquotas incidentes de PIS e Cofins na base cumulativa são de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 3% (três por cento) e na base não cumulativa são de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) e 7,6% (sete vírgula seis por cento), sendo que a alíquota das receitas financeiras são de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente. Estes tributos são apresentados na Receita Líquida das áreas de negócio e Resultado financeiro.

II. Reforma tributária

A Companhia vem acompanhando as discussões sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar 227, de 13 de janeiro de 2026. A Administração continuará monitorando a evolução das normas complementares e avaliará os ajustes necessários nos processos e sistemas internos quando houver maior clareza sobre as definições que ainda estão pendentes.

d) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas, mensuradas e divulgadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

(i) Ativos Contingentes: são ativos possíveis que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

(ii) Provisões e Passivos Contingentes: são definidos como uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não sendo reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas.

As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação.

e) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

f) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores.

g) Mensuração ao valor justo

A entidade mensura o valor justo de seus ativos e passivos conforme o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

A metodologia aplicada para mensuração do Valor Justo das aplicações financeiras é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Companhia maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo.

O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. No Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia.

h) Fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e ativos financeiros, com prazo total de aplicação de até 90 (noventa) dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixas das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos.

i) Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Certificados de depósitos bancários	131.203	-	131.203	-	127.615	127.615
Total dos títulos para investimento ⁽ⁱ⁾	131.203	-	131.203	-	127.615	127.615

(i) Classificados na categoria de valor justo por meio do resultado. O custo contábil desses ativos se equivalem a seu valor justo em 31.12.2025 e 31.12.2024, uma vez que são remunerados a 100% do CDI, bem como são mensurados no nível II, conforme nota 3(g).

Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor.

5. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros ativos

	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar (i)	3.771	3.895
Diversos	9	6
Total de outros ativos no circulante	3.780	3.901
Não Circulante		
Depósitos judiciais	101	92
Opções por incentivos fiscais	-	5
Total de outros ativos no não circulante	101	97

⁽ⁱ⁾ O valor desta rubrica é composto por IRPJ e CSLL antecipados em exercícios anteriores, atualizados pela taxa Selic. A compensação dos créditos vem sendo feita através de pedidos de compensação PER/DCOMP, à medida que a Sociedade apura impostos federais a recolher.

b) Outros passivos

	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		
Fornecedores	822	182
Obrigações fiscais	149	1.406
Sociais e estatutárias	8.720	10.039
Outros passivos	35	-
Total de outros passivos no circulante	9.726	11.627

6. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

a) As participações em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

Investida	Ramo	% Participação	Valor contábil em 31.12.2024	Resultado de equivalência	Aumento de capital	(Alienações) e outros	Valor contábil em 31.12.2025	Investida	
								Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
BAI Participações Ltda.	Holdings	50,056%	251.854	19.663	300	(3.541)	268.276	538.689	39.281
FASA Participações Ltda.	Holdings	50,031%	152.554	18.034	265	(3.130)	167.723	337.589	36.046
Corumbal Partic. e Administ. Ltda.	Holdings	43,555%	423.115	34.054	-	(2.077)	455.092	1.044.869	78.187
Total			827.523	71.751	565	(8.748)	891.091		153.514

Investida	Ramo	% Participação	Valor contábil em 31.12.2023	Resultado de equivalência	Aumento de capital	(Alienações) e outros	Valor contábil em 31.12.2024	Investida	
								Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
BAI Participações Ltda.	Holdings	50,056%	296.789	(40.594)	-	(4.341)	251.854	505.880	(81.097)
FASA Participações Ltda.	Holdings	50,031%	177.271	(20.388)	-	(4.329)	152.554	307.268	(40.750)
Corumbal Partic. e Administ. Ltda. ⁽ⁱ⁾	Holdings	43,555%	557.958	(61.793)	-	(73.050)	423.115	971.451	(141.875)
Total			1.032.018	(122.775)	-	(81.720)	827.523		(263.722)

⁽ⁱ⁾ Em 08.08.2024, após análise da situação de caixa e do capital social da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$165.000. A redução se efetivou em 15.08.2024, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$ 71.866, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.

b) As participações indiretas em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

Investidas						
	Ramo	% Participação	Patrimônio Líquido em 31.12.2025	Resultado do exercício	Valor do contábil do investimento	Resultado de equivalência
Bai Participações Ltda.						
Banco Alfa de Investimento S.A.	Financeiro	35,527%	1.509.186	110.536	536.169	39.270
Fasa Participações Ltda.						
Financeira Alfa S.A. – C.F.I.	Financeiro	33,864%	988.613	106.417	334.783	36.037
Corumbal Participações e Administração Ltda.						
Alfa Previdência e Vida S.A.	Seguros	99,939%	103.825	10.724	103.761	10.717
Alfa Seguradora S.A.	Seguros	99,996%	290.709	4.044	283.980	4.044
Banco Alfa S.A.	Financeiro	19,995%	119.151	6.326	23.824	1.265
Banco Alfa de Investimento S.A.	Financeiro	29,271%	1.509.186	110.536	396.893	32.356
Financeira Alfa S.A. – C.F.I.	Financeiro	25,303%	988.613	106.417	222.665	26.926

Todas as coligadas acima são contabilizadas nestas Demonstrações Contábeis pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas práticas contábeis da Sociedade, na nota explicativa nº 3b.

As Demonstrações Contábeis resumidas a seguir representam os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis das Coligadas:

	BAI Participações Ltda.		FASA Participações Ltda.		Corumbal Participações e Administração Ltda.	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante	2.495	1	2.792	35	63.020	166.759
Ativo não circulante	536.195	505.958	334.807	307.303	1.039.895	876.782
Total do Ativo	538.690	505.959	337.599	307.338	1.102.915	1.043.541
Passivo circulante	1	79	10	70	761	4.169
Passivo não circulante	-	-	-	-	57.285	67.921
Patrimônio líquido	538.689	505.880	337.589	307.268	1.044.869	971.451
Total do Passivo	538.690	505.959	337.599	307.338	1.102.915	1.043.541
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Resultado de equivalência patrimonial	39.270	(81.053)	36.037	(40.706)	75.311	(105.449)
Outras receitas/ despesas operacionais	(43)	(71)	(40)	(69)	9.291	(50.125)
Resultado financeiro	58	-	52	-	9.720	24.404
IRPJ/ CSLL	(4)	27	(3)	25	(16.135)	(10.705)
Resultado do exercício	39.281	(81.097)	36.046	(40.750)	78.187	(141.875)
Resultado de equivalência patrimonial na Alfa Holding S.A.	19.663	(40.594)	18.034	(20.388)	34.054	(61.793)

	Alfa Previdência e Vida S.A.		Alfa Seguradora S.A.	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante	595.586	871.593	756.290	720.771
Ativo não circulante	68.641	72.816	74.562	157.894
Total do Ativo	664.227	944.409	830.852	878.665
Passivo circulante	62.187	208.303	466.337	633.075
Passivo não circulante	498.215	644.229	73.806	60.865
Patrimônio líquido	103.825	91.877	290.709	184.725
Total do Passivo	664.227	944.409	830.852	878.665
	2025	2024	2025	2024
Resultado das Operações de Seguros	24.732	17.518	49.243	46.847
Outras receitas (despesas) operacionais	(27.355)	(22.344)	(92.717)	(88.873)
Resultado financeiro	19.988	11.939	49.932	18.735
Resultado antes da tributação	17.365	7.113	6.458	(23.291)
Impostos e participações	(6.641)	(3.404)	(2.414)	5.175
Resultado do exercício	10.724	3.709	4.044	(18.116)
Resultado de equivalência patrimonial na Alfa Holding S.A.	10.717	3.707	4.044	(18.115)

	Banco Alfa de Investimento					
	Banco Alfa S.A.		S.A.		Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Disponibilidades	6.264	-	70.902	33.515	21.048	7.042
Ativos financeiros	1.336.682	2.250.305	3.713.140	14.177.204	4.292.322	7.590.102
Outros ativos	71.391	65.690	807.574	1.335.031	289.673	371.445
Total do Ativo	1.414.337	2.315.995	4.591.616	15.545.750	4.603.043	7.968.589
Passivo financeiros	1.252.286	2.162.115	2.917.549	13.457.595	3.409.439	6.616.860
Passivos fiscais e contingências	26.224	21.795	61.015	195.530	118.212	166.066
Outros passivos	16.676	17.735	103.866	468.547	86.779	278.174
Patrimônio líquido	119.151	114.350	1.509.186	1.424.078	988.613	907.489
Total do Passivo	1.414.337	2.315.995	4.591.616	15.545.750	4.603.043	7.968.589

	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Resultado bruto antes dos riscos de crédito	77.799	51.845	156.913	145.193	399.580	329.536
Resultado com risco de crédito	(50.310)	(60.556)	(17.237)	(297.846)	(136.967)	(225.405)
Outros resultados das operações	(1.385)	1.086	148	30.981	4.648	72.931
Despesas tributárias das operações	(3.822)	(3.220)	(11.920)	(14.210)	(20.181)	(27.994)
Outras receitas (despesas) operacionais	(16.286)	(30.126)	31.062	(173.564)	(87.164)	(352.505)
Resultado antes da tributação	5.996	(40.971)	158.966	(309.446)	159.916	(203.437)
IRPJ/CSLL	330	19.198	(48.430)	81.574	(53.499)	70.370
Resultado do período	6.326	(21.773)	110.536	(227.872)	106.417	(133.067)
Resultado de equivalência patrimonial na Alfa Holding S.A.	1.265	(4.354)	32.356	(66.702)	26.926	(33.670)

7. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As provisões para riscos fiscais e previdenciários são registradas e foram constituídas levando-se em consideração a legislação em vigor, a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam estimar o seu valor. A Administração considera que as provisões existentes na data destas Demonstrações Contábeis são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias	
	31.12.2025	31.12.2024
Saldo Inicial	6.640	92
(+) Complemento líquido de reversões (i)	(321)	6.518
(+) Atualização da provisão (i)	435	30
Saldo Final	6.754	6.640

(i) Em 30.06.2024, a sociedade reconheceu o montante de R\$ 6.457 como provisão para riscos fiscais e previdenciários, que inclui principal e juros. A constituição ocorreu devido a mudanças nas circunstâncias usadas para mensurar as estimativas de perdas dos processos em andamento. A Sociedade passou a agravar a opinião dada pelos seus assessores legais em relação a expectativa de perda dos referidos processos, seguindo as mesmas estimativas contábeis do controlador, o Banco Safra S.A.. Em 31.12.2024 o valor atualizado dessa provisão fiscal é de R\$ 6.548.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando ocorrem mudanças nas circunstâncias em que a estimativa contábil se baseou, alterando ativos e passivos, seus efeitos contábeis são reconhecidos no período da mudança, caracterizando-se, desta forma, como mudança na estimativa contábil.

As ações se referem substancialmente a Perdcomp não homologada no montante de R\$ 6.291.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social

Em 31.12.2025, o Capital Social no valor de R\$ 436.556 (R\$ 436.556 em 31.12.2024) está dividido em 84.682.269 ações, sendo 46.011.632 ações ordinárias e 38.670.637 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31.12.2025			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	436.556
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	436.556

	31.12.2024			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	430.245
Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	-	-	-	6.311
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	436.556

(i) Em 28 de março de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou aumento do capital social, passando de R\$ 430.245 para R\$ 436.556, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações.

As ações preferenciais estão assim distribuídas:

Classe de ações	31.12.2025 e 31.12.2024		
	PNA	PNB	TOTAL
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens:

- a) Recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item c);
- b) Reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da Sociedade e;
- c) Apenas as ações preferenciais da Classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto no item a) ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias.

b) Reservas de capital

As reservas de capital da Sociedade são compostas de reservas de manutenção do capital de giro, reserva de incentivos fiscais, reserva para incorporação ao capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão, incorporação ao capital social, ou dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

c) Reservas de lucros

c.1) Reserva legal

É constituída com aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

c.2) Reserva de lucros a realizar

É constituída conforme o art. 12.4(d) do Estatuto Social da Alfa Sociedade, que estabelece que seu valor corresponde ao excesso, se houver, do dividendo obrigatório sobre o lucro líquido realizado, nos termos dos arts. 197 e 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303	Após a Lei nº 10.303	Total
Saldo inicial em 01.01.2025	87.100	73.474	160.574
Complemento	-	11.272	11.272
Realização	-	(605)	(605)
Saldo Final em 31.12.2025	87.100	84.141	171.241

c.3) Reservas estatutárias

O Estatuto Social determina que, após a destinação e/ou o pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio previstos no art. 6º do Estatuto Social, o saldo do lucro líquido, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral Ordinária, conforme a seguir: a) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de manter adequadas condições operacionais, observado o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; b) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, observado o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

A soma das reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a reserva legal, exceto as reservas para contingência de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

d) Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% (noventa por cento) e Reserva Especial para Dividendos em 10% (dez por cento), até atingirem o limite de 80% (oitenta por cento) e 20% (vinte por cento), respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital.

e) Dividendos

O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II. As ações preferenciais tem direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13.08.2024, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, a proposta da Diretoria de pagamento de dividendos pela Sociedade aos acionistas que estivessem inscritos nos registros da Sociedade em 19.08.2024, com base em reservas de lucros de exercícios anteriores, a importância de R\$0,08048 por ação preferencial Classe "A". O referido pagamento foi realizado em 07.10.2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24.01.2025 após análise e discussão, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, a Proposta da Diretoria de distribuição de dividendos pela Sociedade aos acionistas que estivessem inscritos nos registros da Sociedade em 29.01.2025, com base em reserva de lucros a realizar, a importância de R\$0,53814, por ação preferencial Classe "A", relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2024 "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária de 2025. O referido pagamento foi realizado em 21.03.2025.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 04.04.2025 foi ratificado por unanimidade, as distribuições de dividendos relativas ao 1º e 2º semestres de 2024, com base em Reserva de Lucros a Realizar, no montante de R\$ 8.855, conforme deliberado em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 13.08.2024 e 24.01.2025 os quais foram imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório, em cumprimento ao disposto no Estatuto Social da Sociedade.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22.09.2025 os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade a proposta da Diretoria de pagamento de dividendos pela Sociedade aos acionistas que estivessem inscritos nos registros da Sociedade em 25.09.2025, os seguintes valores por ação (i) R\$0,00935496594 por ação ordinária; (ii) R\$0,08049000000 por ação preferencial Classe "A"; e (iii) R\$0,01029046254 por ação preferencial Classe "B", totalizando o valor de R\$1.833, sendo R\$605 com base na reserva de lucros a realizar, e R\$1.228 com base no lucro do 1º Semestre de 2025. O referido pagamento foi realizado em 14.11.2025.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22.12.2025 os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade a proposta da Diretoria de pagamento de dividendos pela Sociedade aos acionistas que estivessem inscritos nos registros da Sociedade em 29.12.2025, a importância de R\$ 0,4905582480, por ação preferencial Classe "A", relativo ao lucro do exercício social de 31.12.2025. O referido pagamento foi realizado em 13.02.2026.

9. DESPESA DE PESSOAL

	2025	2024
Remuneração e participação nos resultados	(651)	(1.250)
Benefícios, encargos sociais e previdenciários	(141)	(223)
Total	(792)	(1.473)

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Despesas tributárias	(813)	(402)
Serviços de terceiros	(110)	(79)
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e CVM	(24)	(93)
Convênio de ações escriturais	(18)	(72)
Doações	-	(50)
Outras	(73)	(49)
Total	(1.038)	(745)

11. TRIBUTOS**a) Composição das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2025	2024
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	87.434	(122.359)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(29.728)	41.602
(Inclusões) Exclusões Permanentes	24.493	(34.708)
Participações em coligadas - Nota 6	24.395	(41.743)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas	92	16
Crédito tributário reconhecimento de períodos anteriores e outros	6	7.019
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	(5.235)	6.894

b) Créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social**Ativos fiscais diferidos**

	Saldo no início do exercício	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Saldo no final do exercício
Provisão para contingências	2.198	148	(54)	2.292
Outros	339	-	(78)	261
Total	2.537	148	(132)	2.553
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	5.682	-	(1.564)	4.118
Total	8.219	148	(1.696)	6.671

Passivos fiscais diferidos

	Saldo no início do exercício	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Saldo no final do exercício
Atualização de depósitos judiciais	-	(13)	-	(13)
Total	-	(13)	-	(13)

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e impostos diferidos.

Exercício de Realização	Diferenças Temporárias	Prejuízo e Base Negativa	Total	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
2026	52	-	52	(3)	49
2027	52	591	643	(3)	640
2028	54	591	645	(3)	642
2029	52	591	643	(3)	640
2030	2.343	591	2.934	(1)	2.933
2031 a 2035	-	1.754	1.754	-	1.754
Total	2.553	4.118	6.671	(13)	6.658
Valor Presente	1.780	2.934	4.714	(10)	4.704

12. GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. Por se tratar de uma Sociedade exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que detém participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Conforme mencionado na nota 1, em outubro de 2023, o Banco Safra assumiu o controle acionário do Conglomerado Alfa e, desta forma, a Sociedade adotou a mesma metodologia de gestão de riscos de sua Controladora que, por sua vez, adota metodologia de três linhas de defesa que contribuem para o aprimoramento dos mecanismos de governança e a transparência, além de manter um conjunto de procedimentos, alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Sociedade e suas Coligadas não possuírem recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Sociedade, por meio de sua Controladora, possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez. Tais atividades são realizadas pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos de Investimento do Banco Safra.

b) Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas, incluindo (i) o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e (ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Entidade.

c) Risco operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais a Sociedade e suas Coligadas estão sujeitos, e a consequente adoção de medidas preventivas.

A governança da gestão de risco operacional da Sociedade é estruturada não apenas por políticas, processos e procedimentos, mas também pela disseminação da cultura de prevenção aos riscos operacionais em toda a organização e conscientização de cada colaborador, independente de cargo ou função, sobre a responsabilidade de todos no gerenciamento do risco ao longo do exercício de suas funções no dia a dia.

Adicionalmente, a gestão do risco operacional, por meio de sua Controladora, possui um comitê delegado da Alta Administração, denominado Comitê de Gestão de Riscos Operacionais e Compliance, PLD e Fraudes (CGROC), cujo objetivo é acompanhar, de forma periódica, e suportar a tomada de decisões sobre assuntos relacionados ao risco operacional, conformidade (compliance), risco de reputação, riscos socioambiental e climático, PLD e fraudes.

No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e no portal de dados abertos do Banco Central estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar III, além de informações referentes à gestão de riscos e capital da Controladora.

13. PARTES RELACIONADAS

Em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Títulos para Investimento	131.203	127.615	17.118	8.473
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	-	-	6.726
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	-	458
Banco Safra S.A.	131.203	127.615	17.118	1.289
Outros ativos e passivos	5.368	5.893	-	-
BAI Participações S.A.	-	3	-	-
Banco Safra S.A. ⁽¹⁾	5.368	5.889	-	-
FASA Participações S.A.	-	1	-	-

⁽¹⁾ Refere-se a dividendos a pagar.

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2025, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global até R\$ 100 (R\$ 195 em 2024). Em 2025, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R\$ 505 (R\$ 1.011 em 2024).

(1) Benefícios – Conselho de Administração e Diretoria: Em 2025 e 2024 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria.

(2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento);
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10% (dez por cento), da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

(3) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração não possuem participação acionária na Sociedade em 31 de dezembro de 2025.

Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão estatutário de caráter não permanente que atua em consonância com as disposições da Lei 6.404/1976. Em Assembleia Geral Ordinária de 2025 não foi solicitada instalação de Conselho Fiscal.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Alfa Holdings S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Holdings S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em coligadas (nota explicativa nº 6)

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Sociedade tem como atividade principal manter participações societárias em outras empresas na qualidade de “holding”, conduzidas de forma direta ou indireta, e direcionadas aos segmentos financeiros e de seguros. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade mantinha investimentos em coligadas, avaliadas e contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$891.091 mil, correspondentes a 87% do seu patrimônio líquido, e registrou resultado de participação em coligadas no montante de R\$71.751 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em conexão à atividade principal da Sociedade e em consideração à relevância dos saldos de investimentos em coligadas, bem como dos resultados correspondentes gerados, consideramos a avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial como área de foco em nossa auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação da avaliação dos investimentos em coligadas, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de conciliação das posições dos investimentos em coligadas detidos pela Sociedade junto aos registros contábeis das empresas investidas; (ii) efetuar uma avaliação de riscos e a seleção de procedimentos de auditoria sobre os registros contábeis das empresas investidas, base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade; (iii) análise dos eventos de capital nas empresas investidas direta ou indiretamente e seus efeitos na movimentação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial; (iv) efetuar o recálculo do saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2025, bem como dos resultados de participação em coligadas, com base na participação societária da Sociedade nessas coligadas e os registros contábeis correspondentes encerrados em 31 de dezembro de 2025; e (v) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos aceitável a avaliação dos saldos de investimentos em coligadas e o resultado apurado sobre essas participações societárias, no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria da Sociedade para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria da Sociedade e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

